



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 10, DE 29 DE JANEIRO DE 2008(*)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período de janeiro a dezembro de 2007, anexo a esta Portaria.

Des. DÁCIO VIEIRA
Em exercício

ANEXO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2007 A DEZEMBRO/2007

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" e Portaria STN 632/2006 - Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS JANEIRO A DEZEMBRO/2007		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PRO- CESSADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	44.389	596	44.986
Pessoal Ativo	33.846	596	34.442
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	33.846	596	34.442
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.544	-	10.544
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	11.664	513	12.177
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	1.218	513	1.731
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.446	-	10.446
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I-II)	32.726	83	32.808
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)¹			386.681.857
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) * 100			0,008485
LIMITE MÁXIMO (Inciso I do art. 20 da LRF) - <%> 0,023607			91.284
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> 0,022427			86.721

FONTES: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

¹ Valores referentes à Portaria STN nº 29, de 18/01/2008.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) No total da *Despesa Bruta com Pessoal* estão computados os seguintes valores: (em R\$ Milhares)

- a) Total concernente à modalidade de aplicação 91 (Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias): 4.278
b) Do valor acima, referem-se à ação orçamentária 02.122.0570.09HB (Contribuição Previdenciária da União): 4.180

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2007

LRF, Art. 48 e Portaria STN 632/2006 - Anexo VII

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração dos limites - TDP	32.808	0,008485
Limite Máximo (Inciso I art. 20 da LRF)	91.284	0,023607
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	86.721	0,022427

FUNTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

R\$ Milhares

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES- SADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	3.958	3.958

FUNTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Nota: Consta na coluna de Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 664 mil, relativo à prorrogação do prazo de validade da inscrição ocorrida em 2006, nos termos do Decreto nº 6.331, de 28/12/2007, e conforme mensagens SIAFI nº 2008/0029676 - CCONT/STN e nº 2008/0029752 - SOF/TSE.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2007

LRF, Art. 55, Inciso III, alínea "a" e Portaria STN 632/2006- Anexo V

Em Milhares

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	4.040	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	82
Disponibilidade Financeira	4.040	Depósitos	0
Caixa	-	Restos a Pagar Processados	81
Bancos	-	Do Exercício	64
Conta Movimento	-	De Exercícios Anteriores	17
Contas Vinculadas	-	Outras Obrigações Financeiras	1
Aplicações Financeiras	-	Valores em trânsito Exigíveis	1
Outras Disponibilidades Financeiras	4.040	Outras Obrigações a Pagar	-
Limite de Saque com Vinculação de Pagto.	554	Recursos a Lib. P/Pagto RP	-
Recursos a Rec. Para Pagto. RP	3.486	Valores Diferidos	-
Créditos a Receber	-	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	-
Valores em Trânsito Realizáveis	-		
Valores Diferidos	-		
SUBTOTAL	4.040	SUBTOTAL	82
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES-	3.958
		SADOS (II)	
TOTAL	4.040	TOTAL	4.040



INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)	3.958
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)	-
FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE	

Nota: Consta na coluna de Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 664 mil, relativo à prorrogação do prazo de validade da inscrição ocorrida em 2006, nos termos do Decreto nº 6.331, de 28/12/2007, e conforme mensagens SIAFI nº 2008/0029676 - CCONT/STN e nº 2008/0029752 - SOF/TSE.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2007
 LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" e Portaria STN 632/2006 - Anexo VI Em Milhares

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	PROCESSADOS		SUFICIÊNCIA /INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	NÃO-PROCESSADOS	
	INSCRITOS			INSCRITOS	NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO	DO EXERCÍCIO	DO EXERCÍCIO		
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL	17	64	3.958	3.958	
TOTAL	17	64	3.958	3.958	

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Em Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	PROCESSADOS		SUFICIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	NÃO-PROCESSADOS	
	INSCRITOS			INSCRITOS	NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO	DO EXERCÍCIO	DO EXERCÍCIO		
0100 - Recursos Ordinários	17	64	3.958	3.958	
0127- Custas e emolumentos - Poder Judiciário			-	-	
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados					
0151 - Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas					
0153 - Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social	-	-			
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-			
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	-	-			
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia					
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores					
TOTAL	17	64	3.958	3.958	

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Nota: Consta na coluna de Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 664 mil, relativo à prorrogação do prazo de validade da inscrição ocorrida em 2006, nos termos do Decreto nº 6.331, de 28/12/2007, e conforme mensagens SIAFI nº 2008/0029676 - CCONT/STN e nº 2008/0029752 - SOF/TSE.

JOSÉ HEVALDO RABELLO MENDES
Gestor Financeiro

RICARDO PEREIRA ROCHA
Diretor-Geral
Substituto

RAQUEL SOARES BUGARIN ARAÚJO
Coordenadora de Controle Interno

Des. DÁCIO VIEIRA
Presidente do Tribunal
Em exercício

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 30/1/2008, Seção 1, págs. 158 e 159, com incorreção no original.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 31, DE 28 DE JANEIRO DE 2008

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nos termos do artigo 54, § 2º e do artigo 55 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, e em virtude do Valor da Receita Corrente Líquida, conforme divulgação da Secretaria do Tesouro Nacional/MF, por meio da Portaria n.º 29, de 18 de janeiro de 2008, publicada no D.O.U de 21/01/08, torna público o Relatório de Gestão Fiscal Demonstrativo da Despesa com Pessoal, deste Tribunal, tendo como referência o período de JANEIRO a DEZEMBRO/2007. O presente Relatório estará afixado no átrio deste Tribunal Regional Eleitoral, situado na Avenida Presidente Dutra, n.º 1889, Bairro Areal, nesta Capital, bem como na página eletrônica da Internet: www.tre-ro.gov.br.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO/2007			
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" e Portaria STN 632/2006 - Anexo I			
R\$ Milhares			
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS		
	JANEIRO A DEZEMBRO/2007		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	30.782	250	31.032
Pessoal Ativo	29.831	250	30.081
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	578	-	578
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	29.252	250	25.503
Pessoal Inativo e Pensionistas	951	-	951
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	-
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º, da LRF) (II)	4.094	-	4.094
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-

Decorrentes de Decisão Judicial	583	-	583
Despesas de Exercícios Anteriores	2.652	-	2.652
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	859	-	859
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	26.688	250	26.938
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)¹		386.681.857	
% DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100		0,006966	
LIMITE MÁXIMO (Inciso I do Art. 20 da LRF) -<%>		48.343	
		0,012502	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22, da LRF) - <%>		45.926	
		0,011877	

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE/ e COFC/SAOFC/TRE-RO

¹Valores referentes à Portaria STN nº 29, de 18/01/2008.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processadas são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do artigo 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) No total da Despesa Bruta com Pessoal estão computados os seguintes valores: (em R\$ Milhares):

a) Total concernente à modalidade de aplicação 91 (Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias): 3.556

b) Do valor acima, referem-se à ação orçamentária 02.122.0570.09HB (Contribuição Previdenciária da União): 3.549